

## Economia

DEBATE

Dois professores de economia *Brasil*  
falam da oportunidade perdida em  
88 e discutem soluções para 89

# Rumos para o País, pedem os economistas.

A falta de definições da política econômica oficial foi a principal razão para que 1988 tivesse sido um ano ruim segundo o economista e redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, Paulo Rabello de Castro. Em sua avaliação, "a economia ficou travada pela falta de rumos" do governo federal. O ano passado, disse ele em entrevista à repórter **Marisa Castellani**, foi uma oportunidade perdida pelo Brasil de capitalizar-se, aproveitando o "excelente estado da economia mundial".

Para que 1989 também não se perca, diz Paulo Rabello de Castro, é preciso um programa que resgate o óbvio: a moralização da moeda, a abertura econômica do País para o mundo e a transparência de toda a economia que se encontra escondida dos registros oficiais. Daí porque, aponta, o fundamental não será a procura de um homem para a Presidência, mas um programa.

Durante todo o ano de 88, afirma, os juros externos foram baixos e o preço do barril do petróleo também. Ao contrário, todos os preços das **commodities** exportadas pelo País — principalmente suco de laranja, soja, manufaturados e minerais — estiveram em alta, o que motivou o saldo recorde da balança comercial brasileira, de US\$ 19 bilhões. "Infelizmente, porém" — ressalta o economista —, "o Brasil ainda se recusa a ter uma política econômica de abertura decidida para o Exterior e este efeito não pôde ser capitalizado".

Na avaliação do economista da Fundação Getúlio Vargas, "o Brasil é muito melhor do que este país que anda nas bocas dos políticos e a tão falada crise provém, justamente, da ignorância dos dirigentes que o governam". Ele sustenta este ponto de vista exemplificando com aspectos que considera positivos. A economia informal, destaca Paulo Rabello de Castro, continuou crescendo em 1988 e hoje



Rabello de Castro: moralizar a moeda.

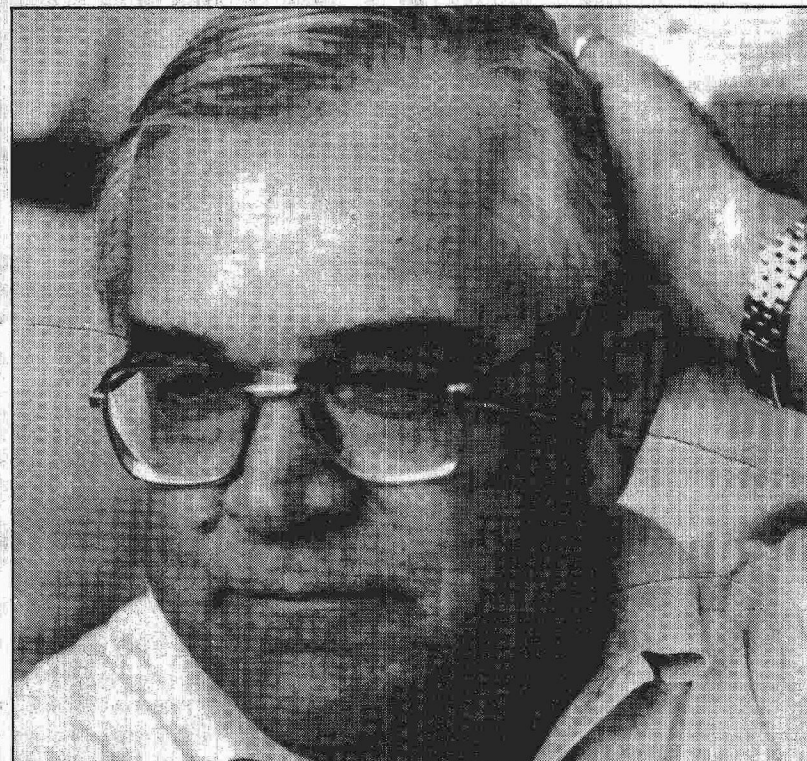
deve representar pelo menos cerca de 20% do Produto Interno Bruto oficial, o que significa algo em torno de US\$ 100 bilhões. "Isso explica porque o Brasil não cai no abismo", enfatiza.

Outro fator positivo que ele alinha: a economia privada nacional continua a se capitalizar e, hoje, "atinge níveis absolutamente incomparáveis em termos internacionais". Rabello de Castro lembra que até as famílias estão pouco endividadas e diz que esse dado demonstra a capacidade de o País crescer rapidamente, "desde que se retome a confiança na política econômica". A economia privada, frisa, só não foi melhor porque ficou, mais uma vez, à espera de definições mais amplas.

A inflação recorde de 993,62%, para o economista, foi um sintoma da desorganização pública. Ele lamenta que o Cruzado não tenha "um guardião" — um

Banco Central soberano — e que o ministro da Fazenda se limite a ser "um ministro do caixa do Tesouro", enquanto o do Planejamento "estabelece orçamentos jamais cumpridos". Quanto ao Produto Interno Bruto de 88, ele diz que os números reais devem ser maiores do que os Cz\$ 101 trilhões divulgados pelo IBGE, pois não captam o desenvolvimento da economia subterrânea, que não aparece nos registros oficiais.

Para o economista, 1988 deixou duas grandes lições: a primeira é de que "a realidade do mercado é mais importante do que a ignorância oficial" — um exemplo disso seria o montante de conversões informais da dívida externa, três vezes maior do que as prometidas pelo governo. A segunda lição é a de que, enquanto o Cruzado não tiver um guardião, "o Brasil continuará sob o signo da corrupção moral e da corrupção das instituições econômicas".



Dercio Munhoz: congelamento de 30 dias.

**S**e nenhuma medida for adotada, até fevereiro, para conter a inflação, o Brasil ingressará, numa zona de turbulência política e econômica, por volta de abril ou maio, que deverá culminar com a ingovernabilidade do País até o final do primeiro semestre. A previsão é do economista Dercio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Em entrevista ao repórter **Jocimar Nastari**, o economista calculou que a inflação mensal poderá até ultrapassar a casa dos 40% em abril. Neste ponto, a economia se desorganizaria, com a queda acentuada do poder aquisitivo, diminuição da produção e falta de investimentos. O governo perderia, segundo Munhoz, o pouco de credibilidade que ainda lhe resta.

Dercio Garcia Munhoz fez uma avaliação de quatro possibilidades de planos antiinflacionários, a partir das propostas apresenta-

das ao governo ou em estudo fora e dentro da área econômica oficial. Na primeira delas, seria adotado o redutor de preços e salários, com a manutenção de elevadas taxas de juros, conforme formulou o ex-ministro Mário Henrique Simonsen. Ele estima que tal proposta poderia conter a inflação por dois ou três meses, mas não teria força para tornar este processo permanente. A principal razão seria a manutenção de elevadas taxas de juros, que inviabilizariam a aplicação de redutores sobre os preços.

A se manterem altas as taxas de juros, as empresas continuariam com a maior pressão sobre os seus custos de produção advindos das operações financeiras. Como os índices de reajustes seriam menores a cada mês, as empresas ficariam sem margem de comercialização, passando a desobedecer os índices pactuados.

Na segunda hipótese, em que

o redutor seria adotado mas as taxas de juros não seriam muito elevadas, ele acredita que os índices de inflação poderiam ceder gradualmente. Os custos das empresas cairiam, ao ponto de elas terem fôlego para suportar a aplicação mensal de índices de reajustes cada vez menores. Ele não acredita que juros mais baixos possam favorecer a formação de estoques especulativos por parte das empresas ou estimular um grande aumento do consumo, que também poderia pressionar no sentido da alta inflação.

Esta hipótese é a que mais se aproxima de um plano antiinflacionário que Munhoz aplicaria, caso fosse ministro da Fazenda. Na sua hipótese, o plano partiria de uma negociação no âmbito do pacto social, estabelecendo-se como meta atingir índices mensais de inflação de 3% (40% ao ano), ao final de 12 meses. Os salários seriam recompostos em termos reais, trazendo-os para os níveis de março de 86, primeiro mês do Plano Cruzado, quando os salários tiveram o maior poder de compra dos últimos quatro anos. Os juros, por sua vez, permaneceriam reais, mas em níveis pouco acima da inflação. Haveria um congelamento de 30 dias e depois disso os preços seriam administrados. Por fim, todos os contratos da economia (aluguéis, reajustes salariais) seriam renovados a cada 12 meses.

A quarta hipótese, de desindexação instantânea, conforme propôs o professor Octávio Gouveia de Bulhões, foi considerada sem condições de aplicabilidade por Munhoz. Ele observa que o governo não conseguiria colocar títulos no mercado, ou até mesmo rolar sua dívida interna. Nesta hipótese, ele sugere que se poderia desindexar gradualmente a dívida pública, com a oferta de taxas de remuneração para os títulos em níveis ligeiramente negativos a cada leilão.